

CARREIRA DOCENTE EM DEBATE

Na semana em que se “comemora” o Dia dos Professores, *ADUR Informa* apresenta um dossiê sobre a Carreira Docente. Neste número, também tratamos das formas precarizadas do trabalho docente, como as condições de professores substitutos e/ ou voluntários – sem dúvida, uma perspectiva desigual das relações de trabalho, que traz sérias conseqüências para a carreira e seu compromisso com ensino, pesquisa e extensão de qualidade.



LEIA NESTA EDIÇÃO:

CARREIRA DOCENTE EM DEBATE
PÁGINAS 2-5

ENTREVISTA COM O PROF. PAULO RIZZO,
1º VICE-PRESIDENTE DO SINDICATO
NACIONAL E COORDENADOR DO GT
CARREIRA DO ANDES-SN: UM
PANORAMA DA CARREIRA DOCENTE.
PÁGINAS 6-8

ENTREVISTA COM O PROF. PAULO
PARGA, COORDENADOR DO CURSO DE
MATEMÁTICA DA UFRRJ
PÁGINAS 8-10

ENTREVISTA COM EX-PROFESSORES
SUBSTITUTOS DA UFRRJ:

PROFA. PAULA ANTUNES
PÁGINAS 9-10

PROF. ANDRÉ S. ZAÚ
PÁGINAS 10-12

ADUR Informa tem acompanhado a situação do trabalho docente, denunciando a exploração e a degradação pelas quais a categoria vem passando ao longo do tempo. Na edição nº69 do *ADUR Informa*, de 4 de maio de 2005, tratamos da exploração do trabalho docente e da síndrome de burnout – esgotamento físico e mental, que acomete cada vez mais os professores pelo excesso de tarefas e compromissos. Já na edição posterior, de 31 de maio de 2005, aprofundamos esta discussão a partir da perspectiva da Lei de Inovação Tecnológica, que transfere para o docente a responsabilidade pela “captação” de recursos para a pesquisa, fazendo com que o professor acumule, entre outras funções, o papel de empreendedor. Em 22 de junho, na edição nº71 do *ADUR Informa*, abordamos o assédio moral nas relações de trabalho – prática abusiva, na qual o superior oprime e constrange seus subordinados, e que acarreta sérios prejuízos para a saúde física e mental dos trabalhadores.

Nesta edição, discutimos os rumos da carreira docente, apresentando o plano de carreira única do ANDES-SN e uma entrevista, sobre o assunto, com o Prof. Paulo Rizzo, 1º Vice-Presidente da entidade e Coordenador do GT-Carreira do Sindicato Nacional. Esta discussão é muito importante, tendo em vista os projetos de Reformas Universitária, Sindical e Trabalhista do governo Lula e a Campanha Salarial 2005. No caso docente, é necessário estar atento ao atual modelo de carreira e ao que tem sido proposto pelo governo.



O PENSADOR, DE AUGUSTE RODIN

CARREIRA DOCENTE EM DEBATE

De acordo com o Caderno 2 – A proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira – datado de outubro de 2003, a carreira única para os docentes das IES, contemplando professores do ensino médio, fundamental e superior, é uma das “*aspirações históricas do movimento docente*”.

Por este documento, o ANDES-SN esclarece que esta proposta de carreira única para os três níveis das IES data de 1982, quando, durante o V CONAD, realizado em Belo Horizonte (MG), em junho daquele ano, aprovou a primeira versão da “Proposta das Associações de

Docentes e da ANDES-SN para a Universidade Brasileira”. Esta proposta teve sua segunda versão aprovada em 1986, quando foi reforçada a preocupação com “*um padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira, a partir da unificação das condições de ensino, pesquisa e trabalho em que se destaca a carreira única para o Magistério Superior*”.

A proposta do ANDES-SN foi, então, o primeiro passo para a construção de uma carreira única do Sindicato Nacional, visando também a garantia das condições dignas de trabalho para os docentes e de aprendizagem para os estudantes.

Depois de um longo período de greve nas universidades federais, aprovou-se a Lei nº 7596/87 e, em 1988, o Decreto nº 94664/88, “*entendidas pelo movimento docente como uma conquista de uma carreira única para todos os docentes das instituições federais autárquicas e fundacionais, por meio do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE*”.

O PUCRCE, contudo, arrouinou com a isonomia salarial entre os professores, na medida em que o conteúdo original da proposta foi alterado pelo governo. Sendo assim, organizou-se um Grupo de Trabalho no ANDES, cujo objetivo é discutir e preparar a apresentação da proposta de carreira única do Sindicato Nacional.

Em 1993, durante o XII Congresso do ANDES-SN, realizado em Manaus, no período de 28 de fevereiro a 5 de março de 1993, a plenária aprovou um Plano de Carreira Única para o Magistério das IES, já discutido no Congresso anterior do Sindicato Nacional, que aconteceu em 1992, em Cuiabá. Este Plano foi estruturado a partir de três pilares: *titulação, avaliação e desempenho acadêmico*.

Contemplando estes três aspectos, o ANDES-SN elaborou também um Plano de Nacional de Capacitação Docente (PNCD), aprovado, juntamente com o Plano de Carreira Única, no XXVII CONAD, em Pelotas (RS), em 1993. Todavia, no XXIX CONAD, em Niterói (RJ), após inúmeros debates, seminários e reuniões, a base concluiu que o ANDES-SN não deveria elaborar o PNCD, mas sim, “*definir as diretrizes para a construção do plano com base nos princípios defendidos pelo movimento, conforme deliberado anteriormente*”.

Assim, depois de mais de uma década de discussões, proposições e ajustes, foram aprovadas, no XV Congresso do ANDES-SN, realizado em Santa Maria (RS), no ano de 1996, as “Diretrizes para o Plano Nacional de Capacitação Docente” e as questões pendentes sobre transição e transposição para o Plano de Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior do ANDES-SN.

No governo FHC se acentuou o descomprometimento do Estado com a qualidade da universidade pública, como se viu na edição de medidas como o Anteprojeto de Lei do Emprego Público, e o Plano de Qualificação Institucional (PQI), formulados pelo Ministério da Educação. O referido Anteprojeto, por exemplo, impôs o regime celetista aos docentes das IFES e propôs a “*flexibilização do princípio de unicidade da carreira a partir da possibilidade de instituição de diferentes carreiras no sistema federal de ensino e no interior de cada instituição de ensino federal*”, em clara oposição aos princípios defendidos pelo ANDES-SN.

Estas propostas do governo aprofundaram cada vez mais o desmonte da universidade pública brasileira, ameaçando a qualidade de ensino, pesquisa, extensão e a autonomia das IES. Por meio de manifestações, mobilizações e muita luta, o Anteprojeto de Lei do Emprego Público foi barrado.

Porém, o PQI – Plano de Qualificação Institucional – vingou, e por meio dele, houve mais um ataque à autonomia universitária. Isso porque o MEC delegou à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior) a “*análise da adequação técnica das propostas apresentadas pelas IES ao PQI*”, reeditando a política dos “centros de excelência” e corroborando com a política neoliberal do Banco Mundial e organismos internacionais.

Atualmente, os doutores, como forma de conquistar reconhecimento profissional, encaminham seus projetos ao Pronex – Programa de Excelência – que promove, dentro das Universidades, a diferenciação e a hierarquização da categoria. O produto do trabalho docente é quantificado por níveis de produtividade – o que traz implicações sobre as gratificações e, conseqüentemente, aos vencimentos mensais, assim como também ao currículo acadêmico.

Por entender que o modelo de “centros de excelência” desarticula o tripé que sustenta a Universidade – ensino, pesquisa e extensão – e promove a hierarquização entre os professores, o ANDES-SN propõe, em contrapartida, a adoção do Padrão Unitário de Qualidade para as Universidades Brasileiras.

Com esta proposta, o Sindicato Nacional defende a implementação de condições materiais necessárias para a realização de ensino, pesquisa e extensão de qualidades, assim como as garantias de melhores condições para o corpo docente, por meio da implantação de um Plano Nacional de Capacitação Docente e da defesa da proposta de Carreira Única para o Magistério Superior.

O 24º Congresso, realizado no primeiro semestre deste ano, aprovou que o ANDES-SN continue as articulações com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) visando construir uma proposta de carreira única para os docentes das Instituições Federais de Ensino. Esta deliberação foi referendada pelo 50º CONAD, ocorrido em julho passado. Durante o Conselho do ANDES-SN, a plenária aprovou que o Sindicato Nacional e o SINASEFE permaneçam discutindo o plano de carreira única da categoria.

Breve síntese: o que diz a Carreira Única para o Magistério Superior?

Na luta contra a política salarial do governo, baseada em gratificações produtivistas e excludentes, e em defesa de um projeto de Universidade que garanta um padrão de qualidade, o ANDES-SN tem defendido a proposta de Carreira Única para o Magistério Superior – contemplando professores das instituições federais, estaduais e particulares de ensino.

Elaborada pelo próprio Sindicato Nacional, esta proposta contempla todos os professores de instituições de ensino superior dos setores público ou privado, em concordância com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da União, e com o disposto no inciso V do art. 206 da Constituição Federal, que diz:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

O Plano de Carreira Única para o Magistério Superior está estruturado da seguinte forma: Professor Auxiliar - Níveis A e B (Graduação); Professor Assistente - Níveis A e B (Mestre); Professor Adjunto (Doutor) - Níveis A e B; - Professor Associado (Doutor) - Níveis A e B; Professor Pleno (Nível Único). Todos os níveis contemplam a possibilidade de progressão por titulação, após o cumprimento de dois anos no nível respectivo, de acordo com as exigências de cada cargo.

Os professores, contratados via concurso público, poderão submeter-se ao regime de dedicação exclusiva – 40 horas semanais, contemplando ensino, pesquisa e extensão – ou de

tempo parcial, cuja carga horária é de 20 horas semanais. Também poderão exercer os cargos de direção, chefia, coordenação, assessoramento e participar de órgãos colegiados.

Por este plano, os professores têm assegurados todos os direitos e vantagens a que fazem jus para casos de afastamento de suas funções, desde que os motivos sejam a **“capacitação docente; a licença sabática; prestar colaboração à Instituição pública, de ensino ou de pesquisa; comparecer a Congressos ou reuniões relacionados com atividades acadêmicas, administrativas ou sindicais; participar de órgão de deliberação coletiva ou outros relacionados com as funções acadêmicas; participar de atividades de entidades científicas ou representativas de classe ou categoria profissional”**.

Plano Nacional de Capacitação Docente:

A proposta de Carreira Única para o Magistério Superior também contempla o Plano Nacional de Capacitação Docente (PNCD), sendo que este deve estar sob a coordenação do Conselho Nacional da Educação.

Este PNCD abrange as IES públicas e privadas, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e deve criar mecanismos que permitam o afastamento integral dos professores para realização de programas de capacitação, com garantias do cumprimento de todos os direitos e vantagens.

De acordo com o ANDES-SN, o PNCD tem por objetivo:

“a) fixar diretrizes para os planos e programas institucionais de Capacitação Docente; b) coordenar a qualificação de recursos humanos nas diferentes áreas do conhecimento abrangidas pela docência nas IFES, com vistas à viabilização, à integração e à execução das políticas nacionais de educação, ciência, tecnologia e cultura; c) fixar as diretrizes para a utilização de recursos nos planos nacionais e institucionais e programas de Capacitação Docente; d) estabelecer mecanismos para possibilitar a coordenação e integração, no que se refere à capacitação docente, da utilização de recursos por parte das diferentes agências governamentais ou de outros fundos criados por força da lei; e) estabelecer mecanismos para possibilitar a coordenação e integração dos diferentes convênios e acordos de intercâmbio nacional e internacional estabelecidos por agências governamentais, tendo em vista a capacitação docente; f) fixar os prazos máximos para a execução dos programas de mestrado e doutorado”.

Formas precarizadas do trabalho docente:

A carreira docente tem sido atacada de diferentes formas, algumas bastante sutis. Nos últimos anos, a alta demanda por reposição dos quadros de professores, represada “por decreto”, tem sido “compensada” através de políticas que visam a substituição das vagas efetivas por trabalhos temporários, voluntários, atividades de bolsistas, ou por contratos precarizados, sem direito à carreira; tomando a docência, cada vez mais, num trabalho desvinculado do compromisso com as intuições. Integrada a uma política de “privatização por dentro”, foram criadas formas de substituição, em que se caminha para a flexibilização das condições de trabalho na Universidade.

E esta realidade se soma também à prática de complementação salarial, cada vez mais comum entre os professores, que acarreta na quebra do contrato de dedicação exclusiva dentro das universidades federais. Além da precarização das condições salariais, a degradação da Universidade também passa pela privatização e pela presença nefasta das fundações de “apoio”. A carência de profissionais, devido a não realização de concursos públicos e a recorrência de terceirizações – principalmente para o desempenho das tarefas técnico-administrativas – é um outro problema sério que a Universidade enfrenta.

No caso dos professores, alguns paliativos foram criados para compensar a deficiência do quadro de pessoal. Entre eles estão os professores visitantes, substitutos, voluntários e, também, a prática do estágio docente. Os docentes visitantes e substitutos têm a sua contratação garantida pelo artigo 2º da Lei nº 8745, de 9 de dezembro de 1993, que **“dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público”**, promovidas pela Lei 9.849/99, de 28 de outubro de 2001, que altera alguns dispositivos.

De acordo com a Lei acima citada, o professor substituto deveria ser contratado, por um prazo máximo de dois anos, para cumprir afastamentos eventuais dos professores efetivos, para exercer, exclusivamente, atividades de ensino, a fim de suprir a falta de docentes das carreiras do magistério superior ou de 1º e 2º Graus.

Contudo, em algumas instituições, o número de professores substitutos equivale a 30 ou 40% do corpo docente efetivo da Universidade. Contratado, via CLT, com um salário bem inferior ao dos professores efetivos, embora a carga horária das aulas de um substituto seja equivalente à de um docente efetivo.

Já o professor visitante – contratado, na maioria das vezes, com o recurso da própria instituição ou de agências de fomento – teria por objetivo garantir um intercâmbio acadêmico nas IES. Ao trazer uma nova linha de pesquisa para determinado departamento, o professor visitante contribuiria para uma nova dinâmica das tarefas de pesquisa, ensino e extensão. Porém, o visitante tem preenchido lacunas no quadro de horários da Universidade. Em muitos casos, os visitantes também são professores aposentados que desejam reforçar o orçamento familiar.

Outra vertente desta flexibilização das relações de trabalho é a figura do professor voluntário. O voluntariado, no Brasil, não é novidade, mas esta prática abusiva, cada vez mais presente nas IES, foi regulamentada em pela Lei 9608, publicada no Diário Oficial da União em 19/02/1998. De acordo com esta legislação, **“trata-se de atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.”** O serviço voluntário, portanto, não tem vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Uma outra modalidade de precarização da carreira docente se refere à desvirtuação da proposta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quando esta agência de fomento instituiu o estágio docente. Alunos dos programas de pós-graduação da Universidade ministrariam aulas para a graduação, durante um período determinado, em cumprimento às horas de estágio. De estagiário, o pós-graduando passou a desempenhar as funções e a ter a responsabilidade de um professor efetivo, ou tem sido tratado como um “monitor de luxo”.

Outra atividade que compromete a qualidade do docente é o PRODOC (Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-doutores) da CAPES, que abrange duas modalidades de apoio para os projetos aprovados: *bolsa de pós-doutoramento* — paga ao bolsista diretamente pela Capes, para a participação de um recém-doutor durante o período de execução do projeto — e *auxílio financeiro* — em valor previamente estipulado, **“a ser repassado ao Coordenador do programa, para o custeio de atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes ao projeto apoiado”**. O beneficiário não é descontado em impostos e seu salário líquido pode ser superior ao de um professor efetivo. Entretanto, um recém-doutor contemplado com o PRODOC não tem nenhum benefício trabalhista.

Como mais uma forma de contrato precarizado, o contemplado com o PRODOC será mais um professor que trabalhará por dois anos em determinado Departamento, sem acarretar ônus para a instituição.

Todos esses exemplos de precarização, portanto, ignoram o Regime Jurídico Único (RJU), que regulamenta a contratação dos servidores públicos federais. A Constituição Federal de 1988 instituiu o “regime jurídico único e plano de carreira” para a administração direta, autárquica e fundacional, regulamentados pela Lei 8.112/90 de 11/12/90, no plano da administração federal.

O que dizem os números nas IFES:

De acordo com o ANDES-SN, é preciso conhecer a realidade do corpo docente das Universidades brasileiras, para que se possa discutir e aperfeiçoar o projeto de Carreira Única para o Magistério Superior em consenso com o SINASEFE.

O Texto Resolução nº 16, *Definindo princípios e diretrizes de carreira docente*, – publicado no Anexo ao Caderno de Textos do 50º CONAD como contribuição da Diretoria da APUFSC-S. Sind (Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina) – apresenta uma análise do quadro docente das carreiras de 1º e 2º grau e do ensino superior das Instituições Federais de Ensino.

Nas próximas páginas, reproduzimos as tabelas e a análise dos dados apresentadas pelo TR 16, *Definindo princípios e diretrizes de carreira docente*, cedidos pelo MOPG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), referente ao ano de 2004:

1. Carreira de 1º e 2º graus das IFES

Segundo dados de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de 2004, 22.720 docentes estão na Carreira de 1º e 2º Graus das Instituições Federais de Ensino Superior (tabela 1). Não estão computados os docentes dos ex-territórios e dos colégios militares.

Tabela 1: Número e distribuição percentual, por titulação e situação funcional, dos professores da carreira de 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino. (Fonte: MPOG, 2004. Tabelas fornecidas ao ANDES – SN pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão durante a campanha salarial de 2004).

Titulação	Efetivos		Substitutos		Aposentados		Pensionistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Graduado	1.974	8,7	2.220	9,8	2.707	11,9	1.077	4,7	7.978	35,1
Aperfeiçoamento	277	1,2	9	0,0	374	1,6	34	0,1	694	3,1
Especialização	5.699	25,1	97	0,4	3.056	13,5	276	1,2	9.128	40,2
Mestrado	3.597	15,8	70	0,3	530	2,3	46	0,2	4.243	18,7
Doutorado	542	2,4	6	0,0	84	0,4	45	0,2	677	3,0
Total situação	12.089	53,2	2.402	10,6	6.751	29,7	1.478	6,5	22.720	100,0

Na Tabela 1, verifica-se que 53,2% dos professores da carreira de 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino são efetivos e 10,6% substitutos. Ou seja, 63,8% estão na ativa, o que dá uma proporção de dois na ativa para um inativo ou pensionista. A titulação dos docentes é ainda baixa visto que 78,4% possuem, no máximo, título de especialista. Do total de professores, 35,1% são apenas graduados. Este diagnóstico permite que se prevejam muitos problemas para que o Sindicato obtenha apoio da base para implementar a carreira única, bandeira histórica. Porém, entre os professores que estão na ativa, a titulação é melhor do que a média, pois há maior proporção de mestres e doutores.

Tabela 2: Número e distribuição percentual, por titulação, classe e nível, dos professores da carreira de 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino. (Fonte: MPOG, 2004).

Na Tabela 2 são apresentados o número e a proporção de professores por titulação, classe e nível, respectivamente. Ao analisarmos estes números, percebe-se que 64,7% dos professores da carreira estão posicionados na classe E, última classe, de fato, da carreira, já que para acessar a classe de titular há exigência de concurso que não tem sido autorizado pelo governo. O dado mais impressionante é a proporção de professores que estão na classe E₄, 34,2%. Estes dados demonstram que o corpo docente conta com avançado tempo de serviço, uma vez que a titulação é baixa, conforme tabela 1. A título de ilustração, o professor com graduação necessita de 22 anos para que alcance a Classe E₄ exclusivamente por tempo de serviço. Assim, a atual estrutura da carreira não apresenta mais atrativos para um terço dos docentes e explica a demanda por reestruturação ou nova carreira, já que muitos professores estão represados no último nível da classe E há anos. Neste sentido, a possibilidade de reestruturação com a inclusão da classe Especial, em discussão com o governo, passa a ser atrativa, visto que 34,2% dos docentes da carreira poderiam voltar a progredir.

Classe	Nível	TITULAÇÃO										Total por classe e nível	
		Graduação		Aperfeiçoamento		Especialização		Mestrado		Doutorado			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Titular	Única	140	0,6	54	0,2	236	1,0	83	0,4	38	0,2	551	2,4
	E 4	1929	8,5	304	1,3	3477	15,3	1613	7,1	450	2,0	7773	34,2
	3	507	2,2	59	0,3	765	3,4	731	3,2	85	0,4	2147	9,4
	2	348	1,5	39	0,2	778	3,4	750	3,3	28	0,1	1943	8,6
	1	564	2,5	46	0,2	1109	4,9	1046	4,6	70	0,3	2835	12,5
Total classe E		3348	14,7	448	2,0	6129	27,0	4140	18,2	633	2,8	14698	64,7
D	4	377	1,7	35	0,2	1060	4,7	3	0,0	0	0,0	1475	6,5
	3	297	1,3	22	0,1	652	2,9	1	0,0	0	0,0	972	4,3
	2	275	1,2	28	0,1	435	1,9	2	0,0	0	0,0	740	3,3
	1	657	2,9	44	0,2	570	2,5	4	0,0	0	0,0	1275	5,6
Total classe D		1606	7,1	129	0,6	2717	12,0	10	0,0	00	0,0	4462	19,6
C	4	510	2,2	23	0,1	18	0,1	1	0,0	1	0,0	553	2,4
	3	179	0,8	11	0,0	5	0,0	0	0,0	5	0,0	200	0,9
	2	93	0,4	11	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	105	0,5
	1	2101	9,2	18	0,1	21	0,1	9	0,0	0	0,0	2149	9,5
Total classe C		2883	12,7	63	0,3	45	0,2	10	0,0	6	0,0	3007	13,2
Total titulação		7977	35,1	694	3,1	9127	40,2	4243	18,7	671	3,0	22718	100,0

2. Carreira de ensino superior das IFES

Tabela 3: Número total e distribuição percentual, por titulação e situação funcional, de professores da carreira do ensino superior das Instituições Federais de Ensino. (Fonte: MPOG, 2004).

Titulação	Situação funcional								Total	
	Efetivos		Substitutos		Aposentados		Pensionistas			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Graduado	2.541	3,1	9.307	11,2	5.804	7,0	2.792	3,4	20.444	24,7
Aperfeiçoamento	83	0,1	3	0,0	283	0,3	51	0,1	420	0,5
Especialização	3.984	4,8	128	0,2	5.456	6,6	678	0,8	10.246	12,4
Mestrado	12.984	15,7	269	0,3	7.230	8,7	607	0,7	21.090	25,5
Doutorado	21.390	25,8	55	0,1	7.421	9,0	1.754	2,1	30.620	37,0
Total situação	40.982	49,5	9.762	11,8	26.194	31,6	5.882	7,1	82.820	100,0

Na Tabela 3, verifica-se que 49,5% dos professores da carreira do ensino superior das Instituições Federais de Ensino são efetivos e 11,8% substitutos. Se considerarmos que as instituições têm usado o expediente de contratar substitutos para suprir a falta de professores efetivos percebe-se que 61,3% estão na ativa. Estes dados podem dar a impressão de que há baixa relação entre ativos e inativos; porém, devemos lembrar que há uma defasagem muito grande na reposição de professores. Este fato, conjugado com a sobrecarga de atividades, principalmente dos substitutos, tem baixado esta relação. A titulação dos docentes é baixa, para o ensino universitário, visto que 37,6% possuem, no máximo, título de especialista. Do total de professores, 24,7% são apenas graduados. Deve-se observar que os docentes com baixa titulação concentram-se em substitutos, aposentados e pensionistas. Apenas 37% dos docentes da universidade brasileira possuem o título de doutor. Entre os docentes que estão na ativa, este percentual sobre para 42,3%.

Tabela 4: Número de professores, por titulação, classe e nível, da carreira do ensino superior das Instituições Federais de Ensino. (Fonte: MPOG, 2004).

Classe	Nível	TITULAÇÃO										Total por classe e nível	
		Graduação		Aperfeiçoamento		Especialização		Mestrado		Doutorado		Nº	%
	Única	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Titular	Única	1920	2,3	44	0,1	856	1,0	906	1,1	5999	7,2	9725	11,7
Adjunto	4	4649	5,6	248	0,3	4807	5,8	7706	9,3	12208	14,7	29618	35,8
	3	498	0,6	23	0,0	510	0,6	916	1,1	2819	3,4	4766	5,8
	2	557	0,7	35	0,0	588	0,7	704	0,9	3196	3,9	5080	6,1
	1	849	1,0	24	0,0	352	0,4	736	0,9	6371	7,7	8332	10,1
Total Adj.		6553	7,9	330	0,4	6257	7,6	10062	12,1	24594	29,7	47796	57,7
Assistente	4	1709	2,1	28	0,0	1065	1,3	2740	3,3	16	0,0	5558	6,7
	3	136	0,2	2	0,0	218	0,3	1712	2,1	4	0,0	2072	2,5
	2	148	0,2	2	0,0	197	0,2	1708	2,1	1	0,0	2056	2,5
	1	2039	2,5	3	0,0	211	0,3	3925	4,7	4	0,0	6182	7,5
Total Ass.		4032	4,9	35	0,0	1691	2,0	10085	12,2	25	0,0	15868	19,2
Auxiliar	4	512	0,6	5	0,0	569	0,7	7	0,0	1	0,0	1094	1,3
	3	173	0,2	1	0,0	267	0,3	2	0,0	0	0,0	443	0,5
	2	348	0,4	3	0,0	231	0,3	2	0,0	0	0,0	584	0,7
	1	6906	8,3	2	0,0	393	0,5	26	0,0	1	0,0	7328	8,8
Total Aux.		7939	9,6	11	0,0	1460	1,8	37	0,0	2	0,0	9449	11,4
Total titulação		20444	24,7	420	0,5	10264	12,4	21090	25,5	30620	37,0	82838	100,0

Mesmo para os professores universitários haverá resistências à carreira única, se persistirem as atuais regras de transposição, porque um número muito grande de professores que está no fim da atual carreira, com baixa titulação, voltaria para o começo da nova carreira. Em função das informações constantes da tabela 4 faz-se necessário estudar quais seriam os impactos da proposta de carreira única do ANDES – SN para os docentes do ensino superior no quesito transposição para a nova carreira. Na tabela 4, percebe-se que apenas 29,7% dos atuais professores na classe Adjunto continuariam nela após a transposição. Portanto, 28% dos docentes seriam rebaixados no reequadramento, e a classe de Auxiliar receberia 34,2% docentes contra os atuais 11,4%. Além do mais, a maioria dos professores rebaixados seriam os que estão aposentados ou são pensionistas, que não teriam mais condições de progredir na carreira docente.

Os números na UFRRJ:

De acordo com o Departamento de Pessoal da UFRRJ, até julho de 2005, o quadro docente da Rural é o seguinte:

Situação do Docente:	Quantidade:
Ativo Permanente	1614
Aposentado	819
Nomeado por cargo Comissionado	3
Cedido	2
Contrato temporário (prof. substituto)	126
Beneficiário (pensão)	567



Principais Fontes de Consulta:

- Caderno 2 – A proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira – datado de outubro de 2003.
- Projeto de Lei da Carreira Única para o Magistério Superior do ANDES-SN.
- Texto Resolução nº 16, *Definindo princípios e diretrizes de carreira docente*, – publicado no Anexo ao Caderno de Textos do 50º CONAD como contribuição da Diretoria da APUFSC-S. Sind (Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina).

ENTREVISTA COM O PROF. PAULO RIZZO, 1º VICE-PRESIDENTE DO ANDES-SN: UM PANORAMA DA CARREIRA DOCENTE

Durante o 50º CONAD, realizado em Fortaleza, no período de 15 a 17 de julho, *ADUR Informa* entrevistou o primeiro vice-presidente do ANDES-SN, Prof. Paulo Marcos Borges Rizzo (APUFSC S.Sind.). Nesta breve entrevista, Prof. Paulo Rizzo, que também é o Coordenador do GT Carreira do Sindicato Nacional, esclarece quais têm sido as reivindicações e as diretrizes do ANDES-SN no que se refere ao assunto.



ADUR INFORMA: Por favor, trace um panorama da carreira docente nos últimos anos.

Paulo Rizzo: Em 1987, foi aprovado o Plano de Cargo das Federais (PUCRCE), porque não havia uma carreira única nacionalmente. Existiam universidades federais que eram autárquicas e outras que eram fundações. A UnB (Universidade de Brasília), por exemplo, era uma fundação. Elas não seguiam um plano comum, o que conseguimos em 1987, e que está em vigor até hoje. Outro fato importante foi a Lei Federal 8.112, que definiu o Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores federais, em 11 de janeiro de 1990. Antes, havia regimes diferenciados entre os professores, já que alguns eram contratados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e outros eram estatutários. Depois, pela Constituição de 1988 se definiu que deveria haver um Regime Jurídico Único, através dessa Lei nº 8.112. *Com a sua aprovação, o próximo passo foi a definição das diretrizes de carreira dos servidores públicos – o que não se fez até hoje.* Uma das discussões que temos tido com o Ministério de Planejamento tem a ver com isso, pois cada entidade e cada segmento negociam em separado. Com a reforma de Bresser Pereira [*economista e cientista social, foi Ministro da Fazenda do Brasil (1987), Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-98) e Ministro da Ciência e Tecnologia (1999)*] começou um processo de desmonte e de precarização do trabalho em todo o serviço público, com o aumento das terceirizações, não-contratações e etc. Uma idéia do plano Bresser Pereira foi a de se distinguir as carreiras típicas de Estado – Polícia Federal, Receita Federal, Banco Central, por exemplo – do restante. Quando o governo deixou de contratar ou reduziu as contratações, vimos que, dentro das Universidades, houve um aumento significativo da contratação de professores substitutos, que viraram figuras permanentes. Os Hospitais Universitários só têm funcionado porque, por meio de fundações “de apoio”, terceirizam a mão-de-obra. É interessante observar que essas “contratações” são feitas com verbas ambulatoriais do SUS (Sistema Único de Saúde). Assim, no início dos anos 1990 conseguimos o Regime Jurídico Único, a promessa de contratação para o serviço público, plano de carreira – garantidos pela Constituição Federal de 1988. Logo depois, contudo, veio a onda neoliberal... No XII Congresso do ANDES-SN, realizado em Manaus (1993), aprovamos o plano do Sindicato Nacional de Carreira Única. Queríamos discutir com o governo uma proposta de carreira com o conjunto do magistério superior, das instituições federais, municipais, estaduais,

particulares e etc. Isso está ligado ao Conceito do Caderno 2 do ANDES-SN, que segue o padrão unitário de qualidade. Houve também a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que faz exigências para a contratação de professores – cobrando o mínimo de professores com titulação e com dedicação exclusiva. Este é um exemplo de que se pode ter, em nível federal, uma legislação que regulamente a carreira e a forma de contratação para o conjunto da educação. Ainda que na Universidade particular o professor seja contratado pela CLT e, no serviço público, seja pelo Regime Jurídico Único, você poderia ter diretrizes únicas do que é a carreira docente. O que define a carreira dos professores ou de qualquer outra categoria? É a atividade que se realiza. No nosso caso, é o ensino, a pesquisa e a extensão. Se você tem isso enquanto atividade dos docentes, a carreira tem que ter uma estrutura igual ou, no mínimo, semelhante. No caso das particulares, que nem sempre realizam pesquisa, se contrata o professor por regime de hora/aula (horista). Então, no Congresso de Manaus, o ANDES-SN aprovou a idéia de carreira única para que fosse uma referência para a contratação de professores em todas as instituições de ensino superior. Ela é única também, no caso das federais, pelo fato que temos hoje duas carreiras nas federais: a do Magistério do Ensino Superior e a do Magistério dos 1º e 2º graus. *O ANDES-SN sempre defendeu que tinha que ser uma carreira única da instituição de ensino superior.* Na nossa visão, o colégio de aplicação, as escolas técnicas e agrotécnicas, o núcleo de desenvolvimento infantil são atividades de ensino superior. Eles são espaços onde se realizam a pesquisa e a extensão das Universidades. Os laboratórios das licenciaturas seriam os colégios de aplicação, assim como o laboratório dos cursos da saúde é o Hospital Universitário. Apesar de 1987 ter sido um avanço, discordamos dessa idéia de termos duas carreiras. Essa idéia de carreira única é em função disso: é a mesma atividade e deve contemplar professores de 1º e 2º graus e do Magistério Superior. Hoje debatemos a carreira com o SINASEFE [*Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional*] – que representa parte dos docentes da rede federal, dos CEFET’s, escolas técnicas e etc, e estamos na busca de construir uma carreira única. Acreditamos que vamos ser capazes de fazê-la.

ADUR INFORMA: Se existem, quais são as divergências entre o ANDES-SN e o SINASEFE?

Paulo Rizzo: As visões das duas entidades são diferentes em alguns aspectos.

No que se refere à titulação acadêmica, a quantidade de docentes das carreiras de 1º e 2º graus com a formação de Mestres e ou Doutores é menor do que no Magistério Superior. E é assim porque a realidade foi essa, eles não tiveram a oportunidade de se capacitar e etc. Então, o SINASEFE tem uma visão, na discussão de carreira, que valoriza pouco a capacitação, a titulação. O ANDES-SN tem a visão de que temos que aproveitar esse processo para possibilitar ter a capacitação de primeiro e segundo grau. O TR 16 (anexo ao Caderno de Textos do 50º CONAD), chamado “*Definindo Princípios e Diretrizes de Carreira Docente*”, afirma “*que o ANDES-SN exija do governo a volta dos programas de capacitação docente e, especialmente, para os docentes da carreira de primeiro e segundo graus*”. Ou seja: não é porque há pouca titulação entre os professores de 1º e 2º graus que vamos propor que nosso plano de carreira única não estimule a titulação. Então, há um pouco de divergências com o SINASEFE em relação a este ponto, já que eles têm uma realidade um pouco diferente da do ANDES-SN. Enquanto os nossos professores de 1º e 2º graus são vinculados à Universidade, a maior parte deles não são. Nosso esforço é para que o ANDES-SN e o SINASEFE atuem conjuntamente na construção da carreira única.

ADUR INFORMA: O que é a classe de professor associado?

Paulo Rizzo: A nossa proposta de carreira inclui uma classe acima da do professor adjunto, que é a de professor associado. O sistema que temos hoje é assim: auxiliar é o graduado, assistente é o professor com mestrado, adjunto é o professor com doutorado e depois vem o titular, que é por concurso público. Acharmos que o professor titular tem que ser por uma evolução interna e não por concurso público. Nos últimos anos, a pós-graduação cresceu muito e a realidade, hoje, é outra. Não se contrata mais professor que não seja doutor. Então, o que acontece: você contrata o professor, por concurso público, como adjunto 1, e de dois em dois anos ele pode progredir. Em seis anos, ele chega a adjunto 4 e não tem mais carreira. Hoje, o doutorado é o início da carreira, o que não era assim nos anos 1980! Então, uma nova classe – como a de professor associado — contemplaria a possibilidade de haver evoluções profissionais.

ADUR INFORMA: E o que aconteceria como o professor titular?

Paulo Rizzo: Nossa idéia é que não haja mais o professor titular, e sim, o professor pleno. O titular é um cargo do serviço público. Temos dois cargos no serviço público: o que o professor já está e o de titular, cujo concurso é público e outras pessoas podem concorrer. Olha a loucura: com a Reforma da Previdência, se o professor passa no concurso para professor titular, ele tem perdas nos direitos adquiridos e, por isso, os professores não querem mais fazer concurso para professor titular. Por que tem que ser um cargo? Essa idéia de professor titular é uma idéia da cátedra – era uma possibilidade de se contratar pessoas de notório saber. Defendemos que este último estágio seja o de professor pleno, em que, é claro, haverá critérios para se chegar a ele.

ADUR INFORMA: O ANDES-SN tem se reunido com o MEC para tratar da incorporação das gratificações e houve a proposta, durante a última reunião deste GT, de transformá-lo em GT Carreira. Gostaria que você recuperasse a “novela” deste GT e que explicasse por que o ANDES-SN não concordou com a idéia de que este GT, especificamente, também tratasse da questão da carreira?

Paulo Rizzo: Quem não quer discutir a carreira é o governo! Protocolamos nossa proposta de carreira como pauta do Setor das IFES, já na época do Paulo Renato [Ministro da Educação do Brasil durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002], em 2001/2002.

No governo anterior, o MEC nunca quis discutir a questão da carreira conosco. No atual governo, tentou-se construir o Sistema Nacional de Negociação Permanente, com uma mesa central, e mesas setoriais. No MEC, foi instalada a Mesa Setorial, que praticamente deixou de existir. O governo estava trabalhando com a carreira da FASUBRA, dos técnico-administrativos, do próprio pessoal do Ministério da Educação, da Capes, etc, e não fizeram mais a Mesa Setorial para discutir o assunto. No ano passado, quando saiu a Medida Provisória que congelou a GED [Gratificação de Estimulo à Docência] e disse que em 180 dias o governo tinha que definir novos critérios para a Gratificação, em dezembro do ano passado, o governo criou um Grupo de Trabalho (GT) para tratar do assunto. Apesar de o GT expressar a dissolução da Mesa, aceitamos participar para não dizerem que não queremos conversar, porque, na verdade, as discussões deveriam ser feitas na Mesa, entre Sindicatos – SINASEFE, ANDES-SN e FASUBRA – e o governo criou um Grupo de Trabalho para possibilitar a participação do Proifes [Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior]. Só criou por causa disso! Então, o que o governo faz? Chama a ANDIFES, a SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], o Proifes e o ANDES-SN. Então, este GT foi criado para possibilitar que uma entidade que não é um Sindicato – que atua paralelamente ao ANDES-SN – pudesse participar, porque na Mesa, ela não poderia tomar parte, já que são apenas os Sindicatos. Concretamente, o governo deveria ter respondido a questão da GED em 20 de fevereiro deste ano. Como isso não aconteceu, o governo prorrogou o prazo do GT. A proposta que o governo apresenta para discussão de carreira tem como origem a ANDIFES [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior], e os Reitores achavam que, como já existe a proposta do ANDES-SN para a carreira; seria possível discutir, rapidamente, o assunto. O MEC assimilou essa proposta da ANDIFES exatamente porque ele poderia segurar aquilo que já era para ter sido resolvido em 20 de fevereiro, jogando mais atividades para fazermos. Se ficassemos mais tempo discutindo, o governo não gastaria dinheiro nenhum e continuaria nos enrolando. Então, dissemos que o GT tem que concluir o seu trabalho, que é decidir o que vai fazer com a GED. Já houve a concordância do MEC de incorporá-la ao salário. Se já houve essa concordância, temos que concluir, discutir com a área econômica e ver como isso será feito. Aliás, esse acordo em incorporar as gratificações ao salário vem de maio! Ao inventar essa história de discutir a carreira, o



governo teve o apoio do SBPC – que não é uma entidade que tem posições, que aprova resoluções e instâncias que deliberam. Agora, o ANDES-SN tem interesse em discutir carreira. Contudo, é preciso observar outros aspectos importantes: a Universidade vem passando por um processo muito grande de privatização, através de diversas formas de obtenção de recursos próprios e através de remuneração extra de professores, que oferecem consultorias, ministram cursos pagos – atividades que seriam suplementares, mas que tem um peso significativo no orçamento do docente frente à estagnação salarial. Informalmente, é como se outra carreira estivesse sendo construída, paralelamente.

ADUR INFORMA: O ANDES-SN recusou o aumento por titulação, em uma das últimas reuniões com o MEC. Qual o posicionamento do Sindicato sobre este assunto?

Paulo Rizzo: Na verdade, o que deveria haver, quanto aos incentivos, eram as categorias de graduado, mestre e doutor. Os incentivos foram criados para fazer essa diferenciação. Não concordamos com os aumentos desses incentivos porque eles são subterfúgios para o aumento de salário que não temos. Seria compensar a falta de reajuste com o aumento do incentivo de titulação. Achamos que isso é uma bobagem e que pode, inclusive, gerar problemas na hora de montarmos a estruturação da carreira. Algumas seções sindicais, no início do ano, durante uma reunião do Setor das IFES, apresentaram essa proposta, que já foi rejeitada pelo ANDES-SN. O Profites acha que tem que haver o aumento do incentivo de titulação e o MEC está de acordo, porque essa é a lógica do governo. Eles não dão o reajuste de salário e arrumam uma forma de compensação por isso. É preciso ter cuidado, porque o fato do MEC dizer que está de acordo, não quer dizer que a área econômica do governo esteja de acordo. O ANDES-SN nunca reivindicou aumento de titulação, embora já tenha ganhado, em 1991. Querem que o doutorado vá para 80%! Não deveria haver o adjunto graduado, o adjunto mestre, especialização. Tinha que ter adjunto só com doutorado e, assim, não precisaria haver incentivo algum.

ENTREVISTA COM O PROF. PAULO PARGA, COORDENADOR DO CURSO DE MATEMÁTICA DA UFRRJ

ADUR Informa entrevistou o Prof. Paulo Parga, ex-chefe de Departamento e atual coordenador do curso da Matemática da UFRRJ, sobre a situação dos professores substitutos. A escolha de nosso entrevistado não foi aleatória: a Matemática é um dos cursos com o maior número de professores substitutos na Universidade Rural, tendo em vista que sua proporção é de 50% em relação ao corpo efetivo de professores.



ADUR INFORMA: Qual a proporção entre os professores efetivos e os professores substitutos na Matemática?

Paulo Parga: Hoje, a relação entre professores substitutos e efetivos, no Departamento de Matemática, é de meio a meio. Os professores substitutos são contratados pelo Chefe de Departamento, que é quem tem essa informação, de forma mais precisa. Contudo, podemos afirmar que é meio a meio. Hoje, temos cerca de 18 professores efetivos, sendo que quatro deles estão afastados por licença médica ou para realizar o doutorado.

ADUR INFORMA: Até o início do ano 2000, aproximadamente, não havia um número tão alto de substitutos no Departamento. Por que a situação se inverteu?

Paulo Parga: A cada dia cresce mais o número de professores substitutos na Universidade, e a tendência é a de que cresça ainda mais. A Universidade vem “inchando”. Temos mais alunos e novos cursos, como o de História, o de Química Noturno, a modalidade Matemática Aplicada Computacional, o de Agrimensura, entre outros. Assim, os substitutos vieram para suprir uma demanda, uma carência da Universidade, quanto ao corpo docente.

ADUR INFORMA: Quais os requisitos para que alguém possa tornar-se professor substituto? Como é o processo de seleção e quais os critérios levados em consideração pela banca, pela comissão julgadora? Ele precisa

realizar alguma prova de aula?

Paulo Parga: No caso do Departamento de Matemática e de muitos outros, a graduação é suficiente para que um aluno se candidate a professor substituto. Muitos desses professores substitutos são ex-alunos da Universidade Rural, que acabam de se formar, inclusive, com a perspectiva de ser tornar professores substitutos. Para que eles entrem, é feita uma prova de didática, sob o crivo de uma banca examinadora, que escolhe o tema da aula, a ser ministrada em 50 minutos. O currículo também é avaliado.

ADUR INFORMA: Existe alguma política de incentivo, de estímulo, para que os substitutos cursem a Pós-Graduação na área?

Paulo Parga: Estes professores estão de passagem pela universidade e é difícil estabelecer uma relação mais próxima com muitos deles. Alguns estão na Pós-Graduação, mas a grande maioria é de alunos que acabaram de se formar! Muitos nunca deram aula na vida!

ADUR INFORMA: Como entende essa expansão do número de professores substitutos e como essa nova realidade tem influenciado na formação dos estudantes? Há algum prejuízo quanto ao aprendizado dos alunos?

Paulo Parga: Não existe nenhum tipo de estudo, neste sentido, que

avaliar o desempenho dos alunos dos professores substitutos. Sabemos que os professores efetivos têm, no mínimo, o Mestrado. Dentro do Departamento de Matemática, contudo, não é feito um controle das aulas dos substitutos. Então, acredito que haja um prejuízo, uma defasagem no aprendizado dos alunos. Há casos de substitutos que ensinam até coisas erradas para os alunos! Não são todos, porém por menor que sejam esses erros, causam problemas futuros para os alunos. Mas é difícil controlar, verificar a aulas de professores substitutos, porque no Departamento de Matemática, eles se equivalem ao número de efetivos.

ADUR INFORMA: As condições de trabalho de um professor substituto são consideradas precárias, pois ele recebe cerca de R\$600 como salário, mais o Vale-Transporte, por 40h/aula. Ao mesmo tempo, frente à crise brasileira, ao desemprego e etc, ser professor substituto tem um peso para quem inicia a vida acadêmica, e pode fazer um diferencial no currículo. Existe então um conflito entre a precarização do trabalho docente e as poucas oportunidades no mercado de trabalho? Como trabalhá-lo?

Paulo Parga: Ele é praticamente um bóia-fria! Se há um lado bom nesta coisa de contratar professor substituto é que o aluno que sai da universidade pode aprender na prática. Mas para ser professor substituto, deveria se exigir, no mínimo, o Mestrado, pois o substituto já teria alguma bagagem. O problema é que é difícil encontrar professores substitutos com mestrado. No entanto, já tivemos substitutos até com título de doutorado, mas isso é uma exceção. Não devíamos também ter o número de professores substitutos que temos hoje, que não podemos controlar! Muitos não sabem dar aula e precisam de ajuda. Alguns professores substitutos têm vergonha de tirar dúvidas, de pedir ajuda aos mais experientes. Nossos ex-alunos, em geral, procuram um professor com o qual tenham tido mais contato durante a graduação, e solicitam auxílio, pedem dicas. Agora, há alguns professores substitutos que vêm de fora, e a gente mal conhece. Como eles são praticamente horistas e não têm grandes vínculos com a Universidade, dão aula e vão embora.

ADUR INFORMA: Os contratos dos professores substitutos têm a duração de um ano, podendo ser (ou não) renovado por igual período. Sendo assim, muitos docentes que se encontram nesta condição não poderiam ser “cooptados” por Diretores de Instituto e Chefes de Departamento, que se valeriam da instabilidade do cargo de substituto para lhe dizer quais posicionamentos políticos deveriam ou não seguir?

Paulo Parga: Esse é um problema sério, porque pelo estatuto da Universidade, o professor substituto vota. O professor substituto mal conhece a Universidade – ou se a conhece, tem a visão do aluno –. No entanto, se eles vão à reunião, votam. Há muitos substitutos que podem ter opinião dirigida, podendo, inclusive, eleger o Chefe do Departamento. Politicamente, isso é muito ruim!

Como o professor substituto está de passagem por aqui, poderia ter uma representação dentro do Colegiado do Departamento, mas o voto deles não deveria ter o peso que tem. Hoje, no Departamento de Matemática é em torno de 50%.

ADUR INFORMA: Os professores substitutos devem constituir quorum para as reuniões de Departamento?

Paulo Parga: Eles constituem sim. Porém, tem aqueles que vêm duas vezes na semana, para dar aulas. Então, fica muito difícil convencer uma pessoa que ganha pouco, de que ela tem que se deslocar para cá mais uma dia na semana, porque tem que participar da reunião, e etc. Isso acarreta alguns problemas, porque se não houver quorum, não conseguimos fazer as reuniões de Departamento e etc.

ADUR INFORMA: Há muito, as Universidades não têm concurso público e há uma enorme defasagem em relação à contratação de professores efetivos. Como resolver essa questão sem apelar para a precarização do trabalho docente?

Paulo Parga: O Departamento de Matemática ganhou três vagas. Para cada professor efetivo que entrar, um professor substituto deverá ir embora. Só que esse professor substituto, se for 40 horas, ministra 16 horas/aulas por semana. Se for 20 horas, ele tem que dar 12 horas/aulas por semana. Então, precisamos de muito mais professores para suprir a carga horária do Departamento, hoje. Temos que tirar três professores substitutos para receber três efetivos. Mas vai chegar um momento em que não vai dar. Vamos ter problemas para suprir a carga, já que o departamento de matemática precisaria de mais de 30 efetivos e alguns substitutos. Mas acho que nem esse número seria suficiente, porque alguns professores entram de licença, uns têm que fazer pesquisa, outros extensão... Hoje temos cerca de 18 professores efetivos – o que é pouco – sendo que quatro estão afastados, e número semelhante de professores substitutos.



O QUE PENSAM PROFESSORES QUE JÁ FORAM SUBSTITUTOS?

Profa. Paula Antunes

Ela graduou-se em Ciências Sociais pela UFRJ, em 1994. Dois anos depois, entrou para o Mestrado do CPDA, da Rural, dedicando-se à área de Sociedade e Agricultura, sob orientação do Prof. Raimundo Nonato Santos. Interrompeu o projeto de cursar o Doutorado no ano passado porque engravidou, contudo, não abriu mão deste objetivo e pretende, em breve, dedicar-se à Antropologia, no IFCS. Paula Antunes foi professora substituta no Departamento de Letras e Ciências Sociais (DLCS) do ICHS, no período de 2002 a 2004. Ministrou as disciplinas de Metodologia da Ciência, Introdução às Ciências Sociais, Introdução à Sociologia e a, então, Sociologia Aplicada à Administração. Também lecionou Introdução à Filosofia das Ciências Biológicas, Introdução à Filosofia e Filosofia e Ética.

ADUR INFORMA: Como você vê, politicamente, a questão do professor substituto? Ele tem uma carga horária semelhante à dos professores efetivos, mas a remuneração é bem menor. Além disso, a relação entre os professores substitutos e as chefias dos Departamentos pode ser ditada pela expectativa do substituto ter ou não o contrato renovado?

Paula Antunes: Nunca tive esse tipo de problema no DLCS, pois minha relação com os professores sempre foram as melhores possíveis. Cumpríamos os horários corretamente, e às vezes, houve períodos em que dei 26-28 horas de aula por semana. Muitas vezes, os Departamentos tentavam compensar o fato do salário do professor substituto ser inferior nos enviando para as interiorizações da Universidade, como em Quatis e em Três Rios. A interiorização de Quatis, inclusive, era melhor do que a de Três Rios, que ficou longos meses sem pagar as bolsas. Pela interiorização, recebíamos um acréscimo ao salário, embora as horas-aula não fossem compensadas na Rural. Não podíamos contar como horas-aula na Universidade. Era uma espécie de hora-extra, então, porque ganhávamos um valor de bolsa, o combustível, a estadia e a alimentação, que eram pagas pela

Prefeitura da Interiorização. Então, o dinheiro vinha “limpo” para a nossa mão, e era um estímulo e um incentivo ao nosso trabalho. No meu Departamento, então, a preferência era para que os professores substitutos fossem para as Interiorizações como forma de compensar, justamente, os baixos salários. O valor do salário do professor substituto é ínfimo e a carga horária é semelhante à de um professor efetivo. No DLCS, havia uma cobrança muito grande, e eu era a primeira a me cobrar para não errar. Uma questão complicada é que o professor substituto também não pode fazer greve, se envolver no movimento sindical e etc. Ele não pode nem falar no assunto! Não é nem pelo Departamento em si, mas pela questão do Instituto. Na época em que fui professora, os Diretores dos Institutos nos impediam de fazer qualquer reivindicação, manifestação, qualquer coisa nesse sentido. A “sugestão persuasiva” era a seguinte: *se eu fosse você, não faria isso, porque você pode perder a sua vaga, porque o seu ponto pode ser cassado, você pode perder a interiorização...* Essa persuasão que vinha por fora era o que nos impedia. Mas do nosso Departamento, nunca houve qualquer menção quanto a esse tema e ninguém nunca nos impediu de nos manifestar.

No DLCS sempre fomos muito respeitados.

ADUR INFORMA: Como você percebe o conflito de ser professora substituta, porque é um meio de adquirir experiência e contar pontos no currículo, e ao mesmo tempo, saber que esta também é uma forma de exploração do trabalho docente?

Paula Antunes: Por um lado é muito bom, porque é uma experiência profissional que você adquire. Contudo, sou contra que a pessoa assuma um cargo de professor substituto somente com a graduação, porque você ainda tem vícios que traz da faculdade, tem conceitos que não são concretos... Também não tem teoria suficiente para ensinar. No caso do DLCS, especificamente, eles não contratavam ninguém que não tivesse Pós-Graduação para ser professor substituto. No mínimo, o Mestrado. Essa era uma decisão do Departamento, do coletivo dos professores. Quando entrei, então, já tinha o Mestrado. Em muitos outros Departamentos na Rural e em outras Universidades, não há esse critério. Um recém-formado já pode ser professor substituto. Acho que ele ainda está "cru" e ainda não tem o domínio de turma. Outro problema que o professor substituto enfrenta é o fato de que os estudantes não o respeitam se ele for muito novo, principalmente quando sabem que o substituto é recém-formado. No meu caso, como não tenho aparência de muito velha, passei por isso. Os alunos olhavam e falavam: "Ah, professora? É ruim!". Então, tem essa questão do respeito também. Pelo lado da contratação, o que ocorre que eu também considero injusto, é que o professor substituto não cria vínculos com a Universidade. Fiquei três anos como professora substituta por causa da Interiorização e das greves. Por conta disso, o contrato foi se estendendo. Por outro lado, ao ser professor substituto, você adquire uma experiência que conta para algumas Universidades, mas que outras não

reconhecem, até porque em muitas instituições, o professor substituto é aquele que se vendeu por pouco, é o cara que é "barato". Existe uma outra questão: nem todo o professor substituto foi contratado por mérito, e sim por indicação. Quando fui fazer algumas entrevistas em outros lugares, os avaliadores me perguntaram: você foi selecionada como? Analisaram o seu currículo? Você foi indicada? A visão que se tem por aí é a de que o professor substituto, como vai ficar pouco tempo na Universidade, pode ser qualquer "porcaria", e que não precisa estabelecer uma relação com o aluno. Existem alguns substitutos, inclusive, que já assumem essa problemática: vou ganhar pouco e trabalhar igual a todo mundo! Já que ninguém vai me cobrar nada, vou dar aula de qualquer maneira. É isto o que muitos professores substitutos pensam. Também existe a visão dos alunos. Muitos, inclusive, reclamam se o professor substituto vai dar prova! Assim, existem várias visões deturpadas da carreira, mas este é o preço que se paga quando você quer ser professor. Gosto de dar aula, do cotidiano da carreira docente, de perceber e saber que posso contribuir com o crescimento e desenvolvimento de um aluno. Você espera que o sujeito melhore como cidadão, que adquira espírito crítico.

ADUR INFORMA: E os seus planos para o futuro?

Paula Antunes: Meu contrato acabou, mas fui chamada para retornar, porque já estou dois anos afastada e, em tese, só posso ficar por mais um contrato de igual período. Quando me chamaram, não quis assumir para não prejudicar o curso, porque estava grávida e a previsão do nascimento da minha filha era para o mês de abril. Existe a proposta de retorno como professora substituta, mas ainda estou analisando, porque fui chamada para dar aula em outras instituições. Contudo, quero muito voltar a dar aula para o ensino superior! Hoje dou aulas para o ensino médio, mas quero trabalhar também com o Magistério Superior, já que as possibilidades de desenvolver os conceitos da Sociologia são melhores e maiores.

Prof. André Scarambone Zaú

ADUR Informa: Como tem sido a sua trajetória acadêmica?

André Zaú: Meus primeiro e segundo graus foram em escolas públicas. Depois fiz a graduação em Ciências Biológicas na Universidade Santa Úrsula (Licenciatura e Bacharelado) e o Mestrado na UFRJ. Quando acabei o Mestrado, fiquei na



UFRJ, entre 1994 e 1996, como professor visitante. Esse tipo de vínculo é – ao lado do Professor Substituto – uma outra forma de se preencher o quadro pessoal de maneira temporária, através da contratação de especialistas que podem complementar a força de trabalho dos Departamentos e Institutos. Em 1996, por um anúncio no jornal, vi que haveria uma seleção para professor substituto no Departamento de Ciências Ambientais, no Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Universidade com a qual, até aquele momento, eu não tinha nenhuma ligação. Resolvi me inscrever e a seleção foi feita por currículo, pois não houve prova escrita ou de aula. Depois de selecionado, fiquei aproximadamente um ano como professor substituto, até passar por concurso público para a Embrapa. Como substituto na Rural a experiência foi ótima. Assumi uma disciplina do ciclo básico (Ecologia Geral). Se não me engano assumi seis turmas, mas foi muito importante para mim porque precisei ler mais sobre o tema, preparar aulas, sistematizar os tópicos da disciplina. Foi uma entrada "mais forte" no ensino superior em comparação com a minha passagem como professor visitante na UFRJ. O professor visitante tem uma atribuição mais ligada à realização de pesquisas, apoiar o Departamento e dar um curso por semestre sobre algum assunto que é importante, mas que ninguém trabalha no local. Já o professor substituto é contratado para trabalhar mais turmas de graduação, de disciplinas obrigatórias. Isso dá muita bagagem. Quando eu estava na Embrapa, em 1996/97, abriu o concurso para professor efetivo na Rural. Fiz o concurso e fui aprovado. Esperei um tempo para ser chamado, quando então pedi demissão da Embrapa para ir para a Rural. Tive essa possibilidade de escolha, e, como gosto de dar aulas, de conhecer pessoas novas todo ano, de trabalhar questões diferentes, de ser questionado e estimulado a pensar a partir de enfoques diferentes, escolhi a Rural. É claro que eu já tinha experiência em outros níveis de educação, já que fui professor do Município do Rio de Janeiro durante alguns anos. Eu já tinha uma prática didática, mas, considero que entrar para uma Universidade Federal como professor substituto é uma das melhores portas de entrada para quem vai, futuramente, realizar um concurso para o quadro efetivo.

ADUR Informa: E a questão política? O professor substituto não é uma forma precarizada de trabalho docente?

André Zaú: O professor substituto é fundamental para a Universidade, mas a sua função é que está distorcida. Você precisa ter um mecanismo de estímulo e a capacidade de sustentar o afastamento temporário dos professores efetivos

que estão cursando pós-graduação. É fundamental que os professores façam pós-graduação; a Universidade não pode parar no tempo. A função do professor substituto é justamente dar um suporte temporário as pessoas que estão afastadas para a qualificação. Se 10 ou 20% do quadro efetivo estiverem afastados para a qualificação, os substitutos podem substituí-los com relativa eficácia. A impossibilidade da realização de concurso público para suprir a carência daqueles professores que se aposentaram, pediram exoneração ou faleceram, fez com que o substituto se tornasse “permanente”. Muitas vezes os substitutos não estão ministrando aulas daqueles professores afastados para a pós-graduação, e sim ocupando vagas que deveriam ser ocupadas por novos professores efetivos, contratados por concurso público.

ADUR Informa: Você entrou como professor substituto tendo o Mestrado, mas há casos em que o substituto é um aluno que acabou de se formar. Como você vê isso?

André Zaú: Cada caso é um caso. Podem ter pessoas que acabaram de se formar que já têm experiência, capacidade e competência para atuar no ensino superior. Mas é preciso haver critérios claros, públicos, abertos, para isso. É preciso haver seleção com uma banca, e o candidato a professor substituto deveria passar por uma prova de aula, porque às vezes, a pessoa é super competente e qualificada, mas não tem o menor traquejo para dar aula. Isso pode se gerar problemas sérios para alunos. Se possível, a seleção deveria ser feita por prova de aula, prova escrita e currículo. O ideal é que os substitutos peguem as disciplinas mais básicas dos cursos, as mais gerais e não é adequado que ministrem as disciplinas do ciclo profissionalizante, que exigem maior experiência e maturidade profissional. Faltando isso, é óbvio que o trabalho do professor substituto vai deixar a desejar. Então, a seleção e o enquadramento dos substitutos deveriam ser mais apropriados. Acho também que o substituto não deveria pegar mais do que uma disciplina por semestre. Só para exemplificar: no meu ex-Departamento, na Rural, havia casos de professores substitutos fazendo Mestrado ou recém-formados, que davam três disciplinas diferentes por semestre! Quem é que, em sua consciência, pode preparar três disciplinas diferentes, de uma hora para outra, e com qualidade? Nem um professor efetivo pode fazer isso! Assim, o resultado não pode ser bom. Deve haver alguns cuidados. Outra questão importante é envolver o substituto nas atividades acadêmicas amplo senso. Nesse sentido, é muito melhor que se contrate professores com dedicação exclusiva ou 40 horas, que vão dar aula, participar do projeto de outros professores e que, se tiverem qualificação, podem propor projetos com prazos determinados, auxiliar e co-orientar alunos. Isso ajuda na própria formação do professor substituto, e inclusive quando ele fizer concurso para professor efetivo. O substituto vai ter uma noção maior, muito mais aprofundada e qualificada do fazer universitário. Outro ponto muito complicado é o pagamento do professor substituto, que ganha muito mal. Em contrapartida, não se cobra nenhum envolvimento dele com a instituição. É preciso reverter essa situação. O professor substituto deveria ganhar, no mínimo, o que ganha o professor efetivo da mesma categoria. Ele não vai ter o mesmo vínculo do efetivo com relação à estabilidade, mas o salário deveria ser semelhante. O professor substituto, por conta disso, não veste a camisa da Universidade e, em geral, não pode ser uma força de trabalho comprometida para a instituição. Claro que ainda é vantajoso ser professor substituto porque conta no currículo, mas se você for analisar sob o ponto de vista econômico, não é.

ADUR Informa: De uma certa forma, o professor substituto não pode se colocar, politicamente, na Universidade, sob pena de não ter o seu contrato renovado. Isso também não é complicado?

André Zaú: Essas pressões existem, é fato, mas cada vez mais, as pessoas na

Universidade têm tentado não se sujeitar a elas. Quando se é substituto, a pessoa acaba sujeita a essas pressões de assédio moral. Mas acho que quanto mais transparente for o mecanismo de avaliação, menos pressões podem incidir sobre esses profissionais. Outra coisa que acho fundamental e que a gente acaba pecando muito – também me incluo – é com relação ao pouco apoio que os docentes efetivos dão ao substituto. Acho que para cada substituto deveria haver um professor docente que desse assistência para aquele substituto, apresentando programas, mostrando a profundidade do assunto que ele deveria trabalhar e etc. O substituto deveria ser assessorado por um professor efetivo. O que acontece é que, se um professor saiu para fazer o pós-doutorado, o Departamento não “pode” contratar um professor substituto para isso. Normalmente, tem que já estar escrito na ata do Departamento, quem do quadro efetivo vai substituir aquele que está se afastando. Com a vida atribulada como temos, cuja cobrança se dá por produtividade, quem está disponível para fazer uma “caridade” para quem vai fazer o pós-doutorado? Isso está sendo impeditivo para quem quer fazer o pós-doutorado. Essa distorção da função do professor substituto também dificulta a busca por qualificação das pessoas. Com relação à essa assessoria de um professor efetivo ao substituto, seguindo os preceitos da avaliação produtivista, isso deveria contar semelhante, por exemplo, à uma orientação de mestrado.

ADUR Informa: Você chegou a dar aulas na Interiorização?

André Zaú: Não. Esse é um outro desvio de função do substituto. Essa é uma expansão não com a qualidade que desejaríamos que tivesse, com bases sólidas. A função do professor substituto não é essa, como já falei, e sim, substituir aqueles efetivos que saíram para fazer a pós-graduação. Para expandir, tem que se contratar mais gente.

ADUR Informa: E a questão dos professores voluntários?

André Zaú: Isso é o maior absurdo que existe! Tem uma lei que instituiu a questão do professor voluntário, mas isso foi distorcido. O professor voluntário seria aquela pessoa que trabalhou ao longo de sua vida na Universidade ou em uma instituição de pesquisa, e se aposentou, mas ainda tem disposição para lecionar, tem paixão, está envolvido com a pesquisa e com a formação discente. Nesse sentido, o



voluntário seria válido. Mas as pessoas distorceram a proposta. Alguns até mesmo pensando em utilizar esses voluntários como massa de manobra para determinadas situações. Pegam pessoas que acabaram de se formar, sem qualquer exame de seleção, para dar aula na Universidade. Algumas pessoas têm até



qualificação para isso. Na Rural, me indignei muito com isso. No meu Departamento, havia uma pessoa que era professora voluntária, até com qualificação para ser professora substituta, mas sou contra a forma como foi articulado o processo para inserção de professores voluntários deste tipo. A formação do aluno acaba prejudicada. A distorção que se faz com o professor voluntário é maior do que a que se faz com o substituto.

ADUR Informa: E há discriminação dos professores substitutos, nos Departamentos?

André Zaú: No meu Departamento, não senti isso. Sabíamos que alguns professores substitutos eram altamente participativos, e outros muito menos. Mas nunca vi nenhuma discriminação, como se a pessoa fosse menos por ser professor substituto. Entretanto, imagino que isso até possa ocorrer.

ADUR Informa: Ao dar três, quatro disciplinas simultaneamente, os professores substitutos não ficam estafados, e não se prejudicam, por falta de tempo, caso estejam cursando a pós-graduação?

André Zaú: Tem uma coisa: depois que você começa a dar aulas com mais regularidade, você percebe que a dinâmica das aulas, das matérias, é contínua. É claro que você prepara um programa, começa a trabalhá-lo, usá-lo, mas ele só começa a ficar legal depois de um, dois anos, lecionando aquela disciplina. Sempre acrescentamos ou excluímos algo do programa. Quando o professor substituto começa a pegar um traquejo para dar um programa consistente, bom, interessante, atraente para os alunos, acaba o contrato dele. Aí entra outro professor substituto, muitas vezes despreparado, e começa do zero. Manter essa rotina do professor substituto para substituir vagas de aposentados, falecidos, etc, é desconsiderar a questão da qualidade do ensino. Ela está ameaçada por desvio de função da atribuição do professor substituto. O que acontece: quando alguém do corpo efetivo se ausenta para fazer pós-graduação, um outro professor efetivo passa a ser responsável pelas matérias daquele colega, e o professor substituto passa a pegar outras disciplinas de algum professor que não está mais no quadro. Então, você não substitui adequadamente a pessoa que está em qualificação, alguém fica sobrecarregado, e o substituto ocupa uma vaga docente de forma precária. Isso deve ser reavaliado.

e-mail para contato: andrezau@unirio.br

15 DE OUTUBRO: DIA DO PROFESSOR

A ADUR-RJ parabeniza todos os professores pelo dia 15 de outubro e por todos os outros dias em que se dedicam à construção de um ensino digno, de



qualidade e libertador. Em meio as inúmeras dificuldades encontradas pelo caminho, esperamos que todos os professores resistam ao sucateamento da educação brasileira e persistam, unidos, na luta por melhores condições de trabalho e de vida.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

Eduardo Galeano

EXPEDIENTE

ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, Km 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, RJ.

CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.

TELEFAX: (21)2682-1379 ou (21)2682-1005. E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: CANROBERT PENN LOPES COSTA NETO, CÉLIA REGINA OTRANTO, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, IRLETE BRAGA DA TRINDADE, LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES, MARIA TERESA CARNERIO DA CUNHA e ROSANE FERREIRA DE OLIVEIRA.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 M/TB)

FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA

TIRAGEM: MIL EXEMPLARES